

# Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 14

G1 - NACIONAL - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Comissão do Senado deve votar nesta quarta projeto que estabelece regras para comitê gestor da reforma tributária

.....3

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Receita prepara sistema 150 vezes maior que o Pix para aprimorar cobrança de impostos e reduzir sonegação

.....6

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dia do Auditor Fiscal da Receita: sem fiscalização, não há Estado que funcione.....7

O ESTADO DE S. PAULO - ESTADÃO BLUE STUDIO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mercado ilegal de bebidas movimenta R\$ 55 bilhões e avança em falsificações ..... 10

G1 - NACIONAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Por que o CNPJ vai passar a ter letras pela primeira vez? ..... 12

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

6 pontos de atenção na Reforma Tributária que impactarão seu bolso.....14

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Gastos com pacote contra o tarifaço devem ficar de fora da meta fiscal .....16

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Comissão avalia que "Careca do INSS" é um potencial delator para livrar parentes..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Blindagem escancara a política, sem intermediação, ao crime ..... 20

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo Lula anuncia programa para reduzir fila do INSS para até 45 dias .....21

O ESTADO DE S. PAULO - MOBILIDADE  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Gigante chinesa promete instalar 300 postos de recarga rápida no País até 2027 ..... 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Haddad prevê crescimento acima de 2,5% em 2025 ..... 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Dólar rompe piso de R\$ 5,30 ..... 25

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL  
ECONOMIA

Após 2 anos de austeridade, Milei anuncia aumento de gastos em 2026.....	26
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Para analistas, Copom mantém juros hoje, com cortes só a partir de 2026.....	27
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Desemprego cai a 5,6%, menor nível da série histórica.....	28
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Haddad projeta corte de juro pelo BC em breve.....	29
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Emprego e renda fortes pressionam inflação.....	30
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Mercado de trabalho dá novo sinal de força e é desafio para política do BC.....	31
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Emprego recorde mostra desafio fiscal do país (Editorial).....	33
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
PEC colocaria BC no padrão de economias avançadas.....	35

# Comissão do Senado deve votar nesta quarta projeto que estabelece regras para comitê gestor da reforma tributária

*Por Kevin Lima, Luiz Felipe Barbiéri, Paloma Rodrigues, Vinícius Cassela, g1 / TV Globo - Brasília*

Caso seja aprovado, o texto seguirá para deliberação no plenário do Senado, onde precisa ter maioria absoluta de votos, ou seja 41.

O projeto define a estrutura e as competências do Comitê Gestor do IBS, que será a entidade responsável por definir as diretrizes e coordenar a implementação e transição do atual modelo tributário para o novo modelo, que começa a valer em definitivo em 2033.

A ideia da proposta é garantir não só o cumprimento das regras, mas também elaborar medidas para evitar perdas de Estados e Municípios, que poderiam deixar de arrecadar nos primeiros anos do novo sistema.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal deve votar nesta quarta-feira (17) o projeto de lei que cria o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS) e regula a última parte da **Reforma Tributária**.

Caso seja aprovado, o texto seguirá para deliberação no plenário do Senado, onde precisa ter maioria absoluta de votos, ou seja 41. Após a aprovação no Senado, o texto deve voltar para a Câmara, que aprovou o texto em outubro de 2024, e precisará reavaliar as mudanças feitas antes de seguir para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O projeto define a estrutura e as competências do Comitê Gestor do IBS, que será a entidade responsável por definir as diretrizes e coordenar a implementação e transição do atual modelo tributário para o novo modelo, que começa a valer em definitivo em 2033.

A ideia é garantir não só o cumprimento das regras mas também elaborar medidas para evitar perdas de estados que poderiam perder arrecadação nos primeiros anos do novo sistema (entenda mais abaixo).

O texto foi apresentado em novembro de 2024, mas só

começou a tramitar em março deste ano, quando o senador Eduardo Braga (MDB-AM) foi definido como relator da proposta, assim como foi no texto da **Reforma Tributária**.

A proposta inicial recebeu 517 emendas dos senadores, mas até a apresentação do relatório, na semana passada, o relator analisou 368 dessas emendas. Desse total, 96 foram acatadas total ou parcialmente.

Na última semana os senadores apresentaram outras 149 emendas ao texto, sendo 124 nos últimos dois dias, e que ainda precisam ser deliberadas pelo relator nesta quarta-feira.

Segundo o projeto, caberá ao comitê gestor do IBS, formado por estados e municípios, uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação sobre o imposto e promover operações administrativas relacionadas à compensação, retenção e distribuição da arrecadação do imposto aos entes.

Também será competência do comitê gestor, entre outros:

O comitê será composto por um Conselho Superior, Secretaria Geral, Assessoria de Relações Institucionais e Interfederativas, Corregedoria, Auditoria Interna e uma Diretoria Executiva, composta por 9 diretorias, como a de Fiscalização, Tributação e Tesouraria.

Serão:

Os membros serão nomeados para o exercício da função pelo prazo de quatro anos. A proposta estabelece que 30% dos integrantes da Auditoria Interna serão ocupados por mulheres.

Durante a tramitação no Senado, o relator resolveu um impasse sobre a distribuição das 27 cadeiras destinadas aos municípios. Assim, o colegiado provisório contará com 13 cadeiras para a Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), que reúne municípios com mais de 80 mil habitantes, enquanto a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), que

representa o interesse dos demais, ficará com 14.

O texto define que as indicações devem ser feitas até 31 de outubro deste ano ou 15 dias após a publicação da lei complementar e, a partir de 2026, será feito por meio de eleições.

O comitê gestor realizará reuniões obrigatórias a cada 3 meses, podendo convocar reuniões extraordinárias quando necessário.

Conforme o projeto, a aprovação das deliberações no âmbito do comitê vão precisar, cumulativamente, dos votos:

Conforme o relatório apresentado na semana passada, a regulamentação estabelece também diretrizes para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), cobrado sobre bens recebidos por herança ou doação.

De competência estadual, o ITCMD foi implementado pela Constituição, mas nunca foi regulamentado por uma legislação nacional. Atualmente, o tributo é regulado por leis estaduais, com alíquotas e regras diferentes.

Durante discussão na Câmara, uma versão da proposta chegou a incluir a tributação de heranças oriundas de planos de previdência privada. O trecho foi, no entanto, removido em votação no plenário da Casa.

Embora a Câmara tenha rejeitado a cobrança, o texto da proposta aprovado pelos deputados não dizia expressamente que heranças de previdência privada não seriam taxadas.

O parecer de Braga propõe incluir um trecho e deixar claro que o ITCMD não será cobrado sobre valores herdados de:

Segundo a proposta, o Senado estabelecerá uma alíquota máxima para o ITCMD. Observando o teto, os estados poderão definir suas próprias alíquotas.

A proposta de Eduardo Braga prevê a criação de um escalonamento da cobrança do imposto do pecado sobre bebidas açucaradas.

O Imposto Seletivo foi criado pela **reforma tributária**. O tributo é aplicado sobre produtos considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Na prática, essa categoria terá uma tributação maior do que a alíquota padrão.

Segundo a proposta, o imposto do pecado será

cobrado paulatinamente sobre as bebidas açucaradas. A transição começará em 2029 e será encerrada em 2033.

Além das bebidas açucaradas, cigarros e bebidas alcoólicas também passarão pela transição, que já estava prevista anteriormente.

A segunda etapa da regulamentação da **reforma tributária** também estabelece o destino de créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que será extinto com a criação do IBS.

Segundo a proposta de Eduardo Braga, as empresas poderão pedir compensação desses créditos. A compensação será possível para saldos reunidos até 31 de dezembro de 2032.

O crédito poderá servir para abater cobranças do novo imposto ou, em caso de impossibilidade de compensação via IBS, ser devolvido financeiramente, de forma parcelada.

O relatório de Eduardo Braga também define as alíquotas que serão cobradas sobre serviços financeiros, que terão um regime específico de tributação com a **reforma tributária**. Esses serviços contemplam, de acordo com a emenda constitucional, operações de crédito, câmbio, seguros e outros.

Haverá uma subida gradual da tributação, iniciando em 10,85%, em 2027, chegando a 12,5% em 2033. A alíquota equivale à soma do IBS e da CBS.

Segundo o texto de Braga, onde houver cobrança de ISS (Imposto Municipal Sobre Serviços) durante a transição da reforma, haverá uma redução da alíquota.

Braga ainda propôs, em seu parecer, estender o regime de nanoempreendedor para taxistas e caminhoneiros.

A mudança permitirá que as categorias fiquem isentas da cobrança dos novos **impostos** sobre consumo - CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) -, desde que atendam a alguns critérios.

O relatório do senador amplia os beneficiários do regime de nanoempreendedor, criado pela primeira etapa de regulamentação da reforma. Sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em janeiro, esta fase limitou o benefício a motoristas e entregadores de plataformas digitais.

Os nanoempreendedores vão abranger pessoas físicas que tenham receita bruta anual inferior a R\$ 40,5 mil (correspondente à metade do limite de

microempreendedores individuais).

A atual norma prevê que, no cálculo da receita, serão considerados apenas 25% dos valores brutos recebidos mensalmente pelos motoristas e entregadores de aplicativos.

O parecer de Eduardo Braga estende esta flexibilização do cálculo para motoristas e entregadores de empresas físicas, o que abrange frentistas, caminhoneiros e taxistas.

Segundo Braga, sem a mudança, poderia haver um infundável contencioso judicial sob o argumento de violação ao princípio da igualdade tributária .

Entre as principais alterações realizadas por Braga, está a criação da Câmara Nacional de Integração do Contencioso Administrativo do IBS e da CBS, que ficará responsável por analisar eventuais divergências jurisprudenciais entre os dois **tributos**.

O relator viu a necessidade de criar tal mecanismo, porque o CBS, que vai ser um tributo federal, terá os processos administrativos fiscais julgados pelo **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

Enquanto para o IBS, tributo estadual, ainda será criado um órgão para analisar tais situações.

Assim, a Câmara Nacional será composta por quatro conselheiros da Fazenda Nacional da Câmara Superior de Recursos Fiscais do **Carf**, quatro membros da Câmara Superior do Conselho Gestor do IBS, sendo dois representantes dos estados e dois dos municípios e quatro representantes dos contribuintes.

Ainda de acordo com o texto, os recursos à Câmara Nacional poderão ser propostos tanto pelo contribuinte quanto pela Fazenda, desde que feitos dentro de 10 dias úteis.

**Site:**

**<https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/09/17/comissa-o-do-senado-deve-votar-nesta-quarta-projeto-que-estabelece-regras-para-comite-gestor-da-reforma-tributaria.ghtml>**

# Receita prepara sistema 150 vezes maior que o Pix para aprimorar cobrança de impostos e reduzir sonegação

A **Receita Federal** está preparando desde o início do ano uma plataforma tecnológica para operacionalizar os pagamentos dos **impostos** sobre produtos e serviços. Trata-se do **split payment**, que integra o desenho da **reforma tributária** como instrumento para reduzir sonegação, inadimplência e fraudes.

Receba as principais notícias direto no WhatsApp! Inscreva-se no canal do Terra

A nova ferramenta será 150 vezes maior que o Pix e deve ter circulação de 70 bilhões de documentos anualmente, segundo informações do Fisco.

Inédito no mundo na forma como será implementado no Brasil, o **split payment** segrega, no momento da liquidação financeira da operação, em documento fiscal eletrônico, o valor do produto ou serviço comercializado e o do tributo a ser recolhido aos cofres públicos.

Na prática, o **split payment** fará com que, ao receber um pagamento de um produto ou serviço, a empresa vendedora já receba o valor líquido da venda, descontado o imposto devido, que é retido imediatamente pelo sistema de pagamento utilizado, como Pix, cartões ou boleto.

Com o sistema implementado, problemas graves enfrentados em larga escala pelo País, como as fraudes mediante o uso de notas frias e a inadimplência como forma de fazer caixa, serão solucionados, beneficiando os bons pagadores e a sociedade de forma geral.

Entenda mais sobre o **split payment**

O **split payment** é um mecanismo pelo qual o valor do tributo é automaticamente separado do montante da mercadoria ou serviço no momento da transação, sendo usado para extinção do débito ou para garantir o crédito tributário do pagador.

O modelo é inovador na forma como está estruturado na **reforma tributária** brasileira e deve ser implementado de forma gradual e tecnicamente segura.

O plano da Receita é adotar o sistema em fases, avançando conforme a maturidade dos sistemas e a adaptação dos setores econômicos.

O mecanismo vai permitir o recolhimento automático dos **tributos** no momento da transação, direcionando esse valor diretamente ao Fisco, sem transitar pela empresa.

O **split payment** entrará em vigor juntamente com o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), **tributos** que compõem o modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) no Brasil.

O período de transição irá até 2033, quando ambos os **tributos** substituirão os **impostos** usados atualmente. O início da utilização do sistema, porém, já ocorrerá em 2026, quando os dois sistemas tributários irão conviver juntos, em uma espécie de período de teste.

O nome do modelo de **split payment** é bem direto: em tradução livre do inglês significa pagamento dividido, e é exatamente como ele funcionará, separando o valor de imposto do produto ou serviço já no momento da transação.

Sim. O IBS e CBS serão recolhidos pelo governo em cada etapa da cadeia de produção de forma automática, o que dificultará a sonegação de **impostos**.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/receita-prepara-sistema-150-vezes-maior-que-o-pix-para-aprimorar-cobranca-de-impostos-e-reduzir-sonegacao,602972b5d473c2b52d77643e12c94dba6169zjpj.html>

# Dia do Auditor Fiscal da Receita: sem fiscalização, não há Estado que funcione

## Opinião +

Rubens Roriz - presidente da Associação dos Auditores Fiscais da Receita do DF (AAFIT) ; É sio Vieira de Araújo - presidente da Associação da Carreira Auditoria Tributária do DF (Acate) ; Wanderson Vieira - presidente do Sindicato da Carreira Auditoria Tributária do DF ( Sinafite-DF)

O funcionamento do Estado depende de muitas engrenagens. Algumas são visíveis, como a sala de aula, o posto de saúde ou a viatura policial. Outras permanecem escondidas nos bastidores, embora sejam igualmente vitais. É o caso da fiscalização tributária. Sem ela, os recursos simplesmente não chegam ao caixa público; e, sem recursos, não há como manter serviços, pagar salários ou realizar investimentos.

No Distrito Federal, essa função é exercida por uma carreira singular: os auditores fiscais da Receita do DF. Diferentemente do que ocorre em outras unidades da Federação, aqui a carreira acumula a responsabilidade de arrecadar não apenas **tributos** típicos da esfera estadual, como ICMS e IPVA, mas também **impostos** de natureza municipal, como ISS e IPTU. Trata-se de uma atribuição ampliada que concentra em uma única estrutura a tarefa de financiar praticamente todo o funcionamento da máquina pública distrital.

Os números falam por si: em 2024, a arrecadação distrital alcançou R\$ 24,8 bilhões - crescimento real de 10,3% sobre 2023. É fundamental destacar que esse crescimento ocorreu sem a elevação da carga tributária. Ou seja, o Distrito Federal tem mais recursos para financiar políticas públicas sem que seus cidadãos tenham que tirar mais dinheiro do seu bolso. Isso foi possível com atuação eficiente e estratégica e com fiscalização firme sobre quem, ao não pagar seus **impostos** devidamente, desvirtua o ambiente de negócios e aumenta o peso da contribuição para os contribuintes honestos.

Em 2024, foram lavrados autos de infração no montante de R\$ 742 milhões nas mais variadas operações de combate aos crimes contra a ordem tributária. Recursos que, sem fiscalização, estariam fora do orçamento da saúde, da educação e da segurança.

O debate público, no entanto, costuma se limitar ao tamanho da carga tributária. Pouco se discute sobre a qualidade da arrecadação. Pouco se enxerga que, em um ambiente sem fiscalização, quem cumpre a lei é punido e quem burla o sistema é premiado. A concorrência desleal se instala, corroendo a economia e aprofundando desigualdades. O auditor fiscal da Receita é justamente quem evita que isso aconteça.

Por isso, a instituição do Dia do Auditor Fiscal da Receita do DF, celebrado neste 21 de setembro, merece reflexão. A lei aprovada em 2023, que incluiu a data no calendário oficial, não deve ser lida como uma simples homenagem corporativa. É uma oportunidade de trazer ao debate público a centralidade de uma profissão que garante o funcionamento da máquina pública e, por consequência, da própria vida em sociedade.

A coincidência simbólica também merece registro: 21 de setembro é o dia de São Mateus, o cobrador de **impostos** que, segundo a narrativa bíblica, abandonou sua função para seguir Jesus Cristo. Se na história religiosa o coletor é lembrado como alguém que deixou os **tributos** para viver a fé, no mundo contemporâneo o auditor fiscal permanece como alguém que dedica a vida a transformar **tributos** em cidadania.

Essa reflexão é ainda mais urgente porque o país vive uma transição profunda. A **Reforma Tributária** aprovada pela Emenda Constitucional 132 promete simplificação e racionalidade. Mas não há reforma que funcione sem uma administração tributária forte. Um imposto novo não garante, por si só, mais justiça. É preciso quem o fiscalize, quem assegure que a lei será cumprida, quem traduza as promessas da reforma em realidade concreta.

Nesse contexto, duas propostas em discussão no Congresso são fundamentais. A primeira é a Lei Orgânica Nacional das Administrações Tributárias (Lonat), que vai definir normas gerais para os Fiscos de todo o país. Seu papel é assegurar direitos, deveres e garantias dos auditores, oferecendo segurança jurídica e uniformidade. Não se trata de defender privilégios, mas de estabelecer uma base legal sólida para que a arrecadação dos **tributos** seja transparente e efetiva.

A segunda é o PLP 108/2024, que cria o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS). Esse colegiado terá a responsabilidade de coordenar a aplicação do novo tributo, harmonizando procedimentos e reduzindo disputas. A governança do IBS será decisiva para evitar insegurança jurídica e garantir que a reforma produza o efeito esperado: simplificar sem criar problemas.

É nesse ponto que a valorização do auditor fiscal da Receita transcende qualquer pauta corporativa. Ela interessa à sociedade como um todo. Um Fisco fragilizado significa menos arrecadação, mais desigualdade e serviços públicos precários. Um Fisco fortalecido, por outro lado, é condição para que a democracia funcione, porque não há cidadania plena onde não há financiamento adequado do Estado.

Rubens Roriz - presidente da Associação dos Auditores Fiscais da Receita do DF (AAFIT) ; É sio Vieira de Araújo - presidente da Associação da Carreira Auditoria Tributária do DF (Acate) ; Wanderson Vieira - presidente do Sindicato da Carreira Auditoria Tributária do DF ( Sinafite-DF)

O funcionamento do Estado depende de muitas engrenagens. Algumas são visíveis, como a sala de aula, o posto de saúde ou a viatura policial. Outras permanecem escondidas nos bastidores, embora sejam igualmente vitais. É o caso da fiscalização tributária. Sem ela, os recursos simplesmente não chegam ao caixa público; e, sem recursos, não há como manter serviços, pagar salários ou realizar investimentos.

No Distrito Federal, essa função é exercida por uma carreira singular: os auditores fiscais da Receita do DF. Diferentemente do que ocorre em outras unidades da Federação, aqui a carreira acumula a responsabilidade de arrecadar não apenas **tributos** típicos da esfera estadual, como ICMS e IPVA, mas também **impostos** de natureza municipal, como ISS e IPTU. Trata-se de uma atribuição ampliada que concentra em uma única estrutura a tarefa de financiar praticamente todo o funcionamento da máquina pública distrital.

Os números falam por si: em 2024, a arrecadação distrital alcançou R\$ 24,8 bilhões - crescimento real de 10,3% sobre 2023. É fundamental destacar que esse crescimento ocorreu sem a elevação da carga tributária. Ou seja, o Distrito Federal tem mais recursos para financiar políticas públicas sem que seus cidadãos tenham que tirar mais dinheiro do seu bolso. Isso foi possível com atuação eficiente e estratégica e com fiscalização firme sobre quem, ao não pagar seus **impostos** devidamente, desvirtua o

ambiente de negócios e aumenta o peso da contribuição para os contribuintes honestos.

Em 2024, foram lavrados autos de infração no montante de R\$ 742 milhões nas mais variadas operações de combate aos crimes contra a ordem tributária. Recursos que, sem fiscalização, estariam fora do orçamento da saúde, da educação e da segurança.

O debate público, no entanto, costuma se limitar ao tamanho da carga tributária. Pouco se discute sobre a qualidade da arrecadação. Pouco se enxerga que, em um ambiente sem fiscalização, quem cumpre a lei é punido e quem burla o sistema é premiado. A concorrência desleal se instala, corroendo a economia e aprofundando desigualdades. O auditor fiscal da Receita é justamente quem evita que isso aconteça.

Por isso, a instituição do Dia do Auditor Fiscal da Receita do DF, celebrado neste 21 de setembro, merece reflexão. A lei aprovada em 2023, que incluiu a data no calendário oficial, não deve ser lida como uma simples homenagem corporativa. É uma oportunidade de trazer ao debate público a centralidade de uma profissão que garante o funcionamento da máquina pública e, por consequência, da própria vida em sociedade.

A coincidência simbólica também merece registro: 21 de setembro é o dia de São Mateus, o cobrador de **impostos** que, segundo a narrativa bíblica, abandonou sua função para seguir Jesus Cristo. Se na história religiosa o coletor é lembrado como alguém que deixou os **tributos** para viver a fé, no mundo contemporâneo o auditor fiscal permanece como alguém que dedica a vida a transformar **tributos** em cidadania.

Essa reflexão é ainda mais urgente porque o país vive uma transição profunda. A **Reforma Tributária** aprovada pela Emenda Constitucional 132 promete simplificação e racionalidade. Mas não há reforma que funcione sem uma administração tributária forte. Um imposto novo não garante, por si só, mais justiça. É preciso quem o fiscalize, quem assegure que a lei será cumprida, quem traduza as promessas da reforma em realidade concreta.

Nesse contexto, duas propostas em discussão no Congresso são fundamentais. A primeira é a Lei Orgânica Nacional das Administrações Tributárias (Lonat), que vai definir normas gerais para os Fiscos de todo o país. Seu papel é assegurar direitos, deveres e garantias dos auditores, oferecendo segurança jurídica e uniformidade. Não se trata de defender privilégios, mas de estabelecer uma base legal sólida para que a arrecadação dos **tributos** seja

transparente e efetiva.

A segunda é o PLP 108/2024, que cria o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS). Esse colegiado terá a responsabilidade de coordenar a aplicação do novo tributo, harmonizando procedimentos e reduzindo disputas. A governança do IBS será decisiva para evitar insegurança jurídica e garantir que a reforma produza o efeito esperado: simplificar sem criar problemas.

É nesse ponto que a valorização do auditor fiscal da Receita transcende qualquer pauta corporativa. Ela interessa à sociedade como um todo. Um Fisco fragilizado significa menos arrecadação, mais desigualdade e serviços públicos precários. Um Fisco fortalecido, por outro lado, é condição para que a democracia funcione, porque não há cidadania plena onde não há financiamento adequado do Estado.

**Notícias Relacionadas:**

CORREIO BRAZILIENSE - DF  
Dia do Auditor Fiscal da Receita: sem fiscalização, não há Estado que funcione

**Site:**

**<https://www.correio braziliense.com.br/opinia o/2025/09/7/249904-dia-do-auditor-fiscal-da-receita-sem-fiscalizacao-nao-ha-estado-que-funcione.html>**

# Mercado ilegal de bebidas movimentou R\$ 55 bilhões e avança em falsificações

O mercado ilegal de bebidas alcoólicas movimentou no ano passado R\$ 55 bilhões - o equivalente a 12,7% de todo o segmento. No caso específico dos destilados, porém, a fatia ilícita é ainda mais expressiva, chegando a quase 30%, segundo estudo da consultoria Euromonitor International. Para conhecer a fundo e propor soluções para o problema, que, entre outras coisas, põe em risco a saúde da população e pode financiar o crime organizado, autoridades e especialistas reuniram-se nesta semana em Brasília no Fórum Mercado Ilegal de Bebidas Alcoólicas: Desafios e Impactos para o Brasil, promovido pelo Estadão Blue Studio em parceria com a Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD).

A pesquisa da Euromonitor norteou as discussões. Conforme o levantamento, o mercado ilícito foi responsável em 2024 por 1,877 bilhão de litros de bebidas alcoólicas (ou 11,8% do total produzido), provocando um prejuízo de R\$ 28 bilhões aos cofres públicos. O presidente da ABBD, Eduardo Cidade, destacou a necessidade de tratar o mercado ilícito de bebidas com o devido peso. "Temos que ter em mente que o crime não se limita à violência direta, abrangendo também procedimentos ilícitos que, de uma forma ou de outra, acabam prejudicando o funcionamento seguro, justo e saudável da sociedade", enfatizou. Ele disse ser preciso uma união de esforços para o combate a essa modalidade criminosa. "É uma ação conjunta entre empresas, poder público e sociedade." Apresentando um panorama desse mercado ilegal, João Garcia, gerente sênior da Euromonitor International, expôs os números do estudo, encomendado pela ABBD. A pesquisa observou seis tipos de ilícitudes: marcas falsificadas e ilegais, contrabando e descaminho, produção sem registro, álcool substituto, evasão de **impostos** e perda fiscal. Segundo o especialista, houve um crescimento preocupante das falsificações (25,8%).

"O grande problema desse mercado de falsificação, pela ótica da indústria, são os prejuízos à propriedade intelectual e os riscos de a marca ser associada a incidentes causados por cópias não autorizadas de seus produtos. Para o consumidor, o impacto é ainda mais grave: a exposição a substâncias perigosas. Os itens falsificados não passam por processos produtivos controlados, não existe fiscalização sobre os insumos utilizados e isso pode levar a situações

muito graves para o consumidor, em casos extremos, até à morte", alertou Garcia.

**Riscos e soluções** O montante movimentado anualmente pelo mercado ilegal, avaliou Thiago Morello Peres, auditor fiscal da **Receita Federal**, reforça que grandes grupos criminosos estão por trás desse segmento ilícito. "É um valor extremamente elevado, o que mostra que não é só o aventureiro que está indo fazer a produção ilegal. É uma questão de crime organizado." De acordo com a delegada Isabel Davila Lopes Borges, da Polícia Civil do Distrito Federal, a falsificação de bebidas alcoólicas já está entre as principais fontes de renda das organizações criminosas brasileiras. Isso porque as penas para esse tipo de crime são brandas, o percentual de lucro obtido é alto, assim como a aceitação por parte da população. "Hoje, a gente sabe que a compra de um produto que não tem uma origem totalmente definida, lícita, ela é tolerada e, muitas vezes, incentivada pela sociedade." Em meio às ações conjuntas que devem ser adotadas para coibir os crimes, caberia à população rejeitar produtos perceptivelmente falsificados, em especial aqueles que estejam com valor muito abaixo do que costuma ser praticado e vendidos em plataformas não confiáveis - nesse ponto, os marketplaces viram um problema, sendo necessário um maior rigor das empresas sobre o que estão oferecendo em seus sites. "É preciso não só orientar o cidadão sobre como fazer uma compra segura, mas mostrar a importância de ele sempre buscar por produtos legais para evitar que esteja financiando ou fortalecendo organizações criminosas", ressaltou Daniel Monferrari, head de Proteção de Marcas na Diageo.

O setor, por sua vez, já adota algo apontado como uma boa medida para coibir o mercado ilegal: a logística reversa, a fim de evitar o descarte irregular e o consequente reúso de rótulos e garrafas. "A falsificação acontece onde tem consumo. O falsificador faz uso da garrafa usada, verdadeira, que já teve um produto original ali dentro e f nos grandes centros de consumo. ° Então, esse combate faz a gente mudar o foco de atuação, antes era fronteira [com o contrabando, agora é aqui, internamente", g ponderou André Duarte, gerente sênior de Assuntos Corporativos % para América do Sul, Caribe e América Central na Brown-Forman e membro do Conselho da ABBD.

Tributação Já ao poder público, além dessa maior fiscalização, caberia uma revisão das legislações, criminal e tributária. Atualmente, produtos destilados, como o whisky, recebem uma carga maior de **impostos** do que os fermentados, a exemplo da cerveja. "Não por coincidência, quando a gente olha os dados da Euromonitor, aqueles produtos que mais sofrem com o mercado ilegal são os produtos que, na prática, são mais tributados", apontou Carlos Lima, presidente do Instituto Brasileiro da Cachaça (Ibrac).

A proposta de **reforma tributária** apresentada pelo governo federal estabeleceria uma isonomia. Mas uma modificação do Congresso abriu margem para que a separação seja mantida. "Essa diferenciação muito grande de tributação é um dos principais vetores da ilegalidade de bebidas alcoólicas no Brasil", pontuou Murilo Viana, coordenador de estudos fiscais e tributários na GO Associados. "Estamos diante de uma reforma profunda do ponto de vista do sistema tributário. É uma oportunidade única de corrigir distorções históricas relacionadas a uma tributação desigual sobre a mesma quantidade de álcool puro consumida", acrescentou.

O deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), relator do projeto de regulamentação da **reforma tributária**, comprometeu-se a abordar o tema na Câmara. "É um crime que compromete a saúde coletiva e individual da sociedade brasileira. É um crime contra a concorrência leal, que atenta contra a economia do País. Vamos buscar essa conexão para a gente conseguir diminuir a falsificação e também buscar melhoria na legislação do ponto de vista da responsabilização."

**Site:** <http://www.pressreader.com/brazil/o-estado-de-s%C3%A3o-paulo>

# Por que o CNPJ vai passar a ter letras pela primeira vez?

*Por Redação g1 - São Paulo*

O CNPJ passará a incluir letras além de números na identificação de empresas, organizações, produtores rurais, profissionais liberais e outros tipos de pessoa jurídica.

A mudança tem como objetivo ampliar a capacidade do sistema e garantir a continuidade do modelo.

Mais de 63 milhões de CNPJs já foram emitidos no Brasil, número que se aproxima do limite do modelo atual. Isso ocorre porque cada número de CNPJ é único e permanente, não podendo ser reutilizado.

A mudança será gradual e começará a valer em julho de 2026.

A seguir, o g1 esclarece as principais dúvidas sobre essa mudança.

O Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) passará a incluir letras além de números na identificação de empresas, organizações, produtores rurais, profissionais liberais e outros tipos de pessoa jurídica a partir de julho de 2026.

A mudança tem como objetivo ampliar a capacidade do sistema e garantir a continuidade do modelo, já que o formato atual se aproxima de seu limite técnico, segunda a **Receita Federal**.

O novo modelo manterá os 14 caracteres do CNPJ tradicional, mas permitirá o uso de letras de A a Z em posições específicas da estrutura, formando um CNPJ alfanumérico. A mudança representa uma expansão gigantesca nas combinações possíveis.

No Brasil, existem mais de 24,9 milhões de CNPJs ativos e cerca de 29,2 milhões desativados, segundo dados da Estatística Redesim (**Receita Federal**).

No total, já foram emitidos mais de 63 milhões de CNPJs, número que se aproxima do limite do modelo atual. Isso ocorre porque, assim como o CPF, cada número de CNPJ é único e permanente, não podendo ser reutilizado, mesmo quando a empresa é encerrada.

Essa mudança será gradual e começará a valer em

julho de 2026, apenas para novas inscrições. Isso inclui empresas recém-criadas, novas filiais, profissionais liberais, condomínios e produtores rurais.

Quem já possui um CNPJ não precisará trocar ou atualizar nada. Os números atuais continuarão válidos e aceitos normalmente pelos sistemas públicos e privados.

?? A seguir, o g1 esclarece as principais dúvidas sobre essa mudança.

## 1. O que é o CNPJ alfanumérico?

É o novo modelo de identificação das pessoas jurídicas no Brasil. Em vez de utilizar apenas números, o novo CNPJ combinará letras (de A a Z) e números (de 0 a 9), mantendo o total de 14 caracteres.

A estrutura visual será semelhante à atual, mas com a inclusão de caracteres alfanuméricos. (confira no exemplo abaixo)

## 2. Quando começa?

A emissão de CNPJs com letras começará em julho de 2026, de forma gradual.

Segundo a Receita, será elaborado um calendário para definir quais tipos de empresas ou atividades econômicas adotarão primeiro o novo formato.

## 3. Quem vai receber CNPJ com letras?

Apenas novas inscrições a partir da data de início - como empresas recém-criadas, filiais, produtores rurais, condomínios e profissionais liberais - receberão o CNPJ com letras.

O formato atual, composto exclusivamente por números, continuará válido. Não será necessário nenhum procedimento adicional por parte dos contribuintes junto à **Receita Federal** ou aos órgãos estaduais e municipais.

## 4. O procedimento de inscrição do CNPJ vai mudar?

Não. O processo para abertura de empresas e solicitação de CNPJ continuará o mesmo. A única diferença é que o número gerado poderá conter letras.

Segundo a Receita, a partir de julho do próximo ano, todos os sistemas estarão preparados e integrados à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM).

#### 5. O que as empresas precisam fazer?

Empresas e sistemas que lidam com emissão de notas fiscais ou controle tributário precisarão adaptar seus softwares, bancos de dados e rotinas internas.

Podem ocorrer falhas na emissão de documentos fiscais, dificuldades com fornecedores ou atrasos no cumprimento de obrigações tributárias. A recomendação é que as empresas se preparem com antecedência.

A Receita informou que disponibilizará ferramentas para facilitar essa atualização técnica.

#### 6. Empresas e profissionais já inscritos precisam fazer algo?

Não. Nenhuma ação será necessária junto a órgãos federais, estaduais ou municipais.

Os sistemas públicos serão atualizados para aceitar tanto o formato atual quanto o novo. A expectativa, segundo a Receita, é que essa adaptação ocorra de forma automática e transparente para as empresas.

#### 7. O que muda no cálculo do Dígito Verificador?

O Dígito Verificador (DV), número que aparece no final do CNPJ e serve para validar sua autenticidade, continuará sendo calculado pelo método do Módulo 11 - um tipo de verificação matemática -, agora adaptado para incluir letras no cálculo.

Cada caractere será convertido em um valor numérico com base na tabela ASCII, que atribui um número específico a cada símbolo, e dele será subtraído o valor 48.

Por exemplo: a letra A corresponde ao número 65 na tabela ASCII e, para o cálculo, será utilizado o valor 17 (que é o resultado de 65 menos 48).

A **Receita Federal** disponibilizará rotinas de cálculo em linguagens de programação populares para facilitar essa adaptação técnica.

#### 8. Qual a ligação com a reforma tributária?

O novo CNPJ faz parte do processo de modernização do sistema tributário.

A mudança prepara o caminho para a implementação de dois novos **tributos**: a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que visam unificar e simplificar diversos **impostos** atualmente em vigor.

Para isso, será necessário contar com sistemas mais modernos e integrados. O novo CNPJ alfanumérico contribui nesse processo ao ampliar a capacidade do sistema, facilitar a separação entre despesas pessoais e profissionais e automatizar processos como a recuperação de créditos tributários.

#### 9. Haverá algum custo para as empresas com essa mudança?

Sim. As empresas precisarão atualizar seus sistemas para reconhecer o novo CNPJ com letras e calcular corretamente o Dígito Verificador.

Essas adaptações podem gerar custos técnicos, especialmente em softwares de emissão de notas fiscais e bancos de dados.

**Site:** <https://g1.globo.com/empreendedorismo/guia-do-empendedor/noticia/2025/09/17/por-que-o-cnpj-vai-passar-a-ter-letras-pela-primeira-vez.ghtml>

# 6 pontos de atenção na Reforma Tributária que impactarão seu bolso

A nova estrutura de cobrança de **impostos** sobre o consumo no Brasil começará a ser implementada de forma gradual a partir de 2026, com um período de testes e um regime de transição de dez anos. A substituição completa dos **tributos** atuais, como ICMS e ISS, ocorrerá apenas em 2033. Até lá, o país conviverá com dois modelos de arrecadação, o antigo e o novo, o que aumentará a complexidade e os custos operacionais para empresas e consumidores.

Apesar de prometer simplificação e mais justiça fiscal, a **Reforma Tributária** aprovada ainda levanta dúvidas entre especialistas. "A proposta traz inovações relevantes, mas também carrega uma série de questões técnicas que precisam ser melhor compreendidas e debatidas, especialmente no que diz respeito à transição e à aplicação prática do novo modelo", aponta a advogada Andressa Sehn da Costa, especialista em direito tributário e sócia do escritório Rafael Pandolfo Advogados Associados.

Veja, a seguir, 6 pontos da reforma para ficar de olho:

## IVA DUAL e novos **tributos**

O novo sistema prevê a substituição de **tributos** atuais (PIS, Cofins, ICMS e ISS) por dois novos: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), estadual e municipal. A proposta busca unificar regras, mas a coexistência de gestão (Federal e Comitê Gestor) pode manter certa complexidade operacional.

## Comitê Gestor e desafios federativos

A administração do IBS será feita por um Comitê Gestor nacional, formado por representantes dos Estados e Municípios. Essa centralização traz questionamentos sobre a autonomia de entes na arrecadação e aplicação dos recursos, além de possíveis conflitos na governança do novo sistema.

## Período de transição longo

A aplicação do novo modelo começa em 2026, mas a transição será feita de forma escalonada, sendo implementada definitivamente em 2033. Durante esse período, os dois sistemas, o atual e o novo, coexistirão. Essa sobreposição pode gerar aumento de custos e exigirá ajustes contínuos por parte das

empresas.

## Possível redistribuição da carga tributária

A alíquota padrão do novo modelo ainda não está definida, mas estimativas indicam que setores intensivos em serviços como educação, saúde e economia digital enfrentarão aumento de carga. Já segmentos com cadeias longas e maior produção industrial podem ter alívio tributário. Isso pode provocar distorções de curto e médio prazo.

## Implementação de cashback

Está prevista a devolução parcial de **tributos** para famílias de menor renda, com o objetivo de tornar o sistema mais progressivo. No entanto, ainda faltam definições sobre como essa devolução será operacionalizada, quais critérios serão usados e qual será o impacto fiscal da medida.

## Transparência no preço final ao consumidor

O novo modelo prevê que o valor dos **tributos** incidentes sobre bens e serviços seja exibido de forma clara ao consumidor. Isso pode representar um avanço na transparência fiscal, mas dependerá da regulamentação e da clareza na forma de apresentação desses dados.

Para Andressa Sehn da Costa, o momento exige atenção redobrada. "Embora a proposta traga mudanças estruturais relevantes, diversos pontos ainda dependem de regulamentação e detalhamento técnico. A fase de transição representa um período de incertezas, em que empresas e consumidores precisarão se adaptar a novas regras enquanto ainda lidam com o sistema atual", avalia.

Com a reforma já aprovada, os próximos passos envolvem a regulamentação e a implementação gradual das mudanças. O processo deve se estender pelos próximos anos e exige atenção de empresas, entidades do setor e profissionais da área, diante dos possíveis impactos práticos e operacionais do novo modelo tributário.

(\*) Homework inspira transformação no mundo do trabalho, nos negócios, na sociedade. É criação da Compasso, agência de conteúdo e conexão.

**Site:** <https://www.terra.com.br/economia/financas-pessoais/6-pontos-de-atencao-na-reforma-tributaria-que-impactarao-seu-bolso,1452239586ec11ad6ceb15fb6d3c29e36muw0w6v.html>

# Gastos com pacote contra o tarifaço devem ficar de fora da meta fiscal

*Gabriela Guido e Gabriel Shinohara De Brasília*

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal aprovou por unanimidade na terça-feira (16) o projeto que retira das metas fiscais de 2025 e 2026 os R\$ 9,5 bilhões de gastos previstos no pacote para minimizar o impacto do tarifaço que os Estados Unidos impôs ao Brasil. O texto, que o governo quer aprovar no Congresso o quanto antes, agora segue para apreciação do plenário em regime de urgência.

A retirada dessas despesas da meta havia sido anunciada pelo governo com as medidas de mitigação dos efeitos do tarifaço, no início de agosto. O projeto foi protocolado pelo líder do governo Luiz Inácio Lula da Silva no Senado, Jaques Wagner (PT-BA).

O valor de R\$ 9,5 bilhões é composto pelos R\$ 5 bilhões do benefício tributário do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários (Reintegra) e os R\$ 4,5 bilhões em aportes em fundos garantidores feitos fora da meta fiscal.

O relator, senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), rejeitou as 21 emendas apresentadas pelos senadores e fez apenas uma emenda de redação. Segundo o senador, a redação original do projeto criava uma "incompatibilidade operacional" com a arquitetura dos sistemas da **Receita Federal**.

"É necessário promover ajuste redacional para que se faça referência explícita às pessoas jurídicas que foram afetadas pela imposição das tarifas adicionais dos EUA, e não apenas menção aos bens atingidos pela medida, como inicialmente proposto", explicou Veneziano no relatório.

Senadores de oposição ao Executivo, no entanto, pressionaram pela aprovação de uma emenda apresentada por Rogério Marinho (PL-RN) e Izalci Lucas (PL-DF) que mantém as despesas com o tarifaço na meta fiscal, de forma a forçar o governo a cortar outros gastos, pedindo a votação deste trecho do texto em separado - movimento chamado de destaque.

"Nós, evidentemente, vamos votar favoravelmente ao projeto, mas não podemos continuar a jogar contra o futuro das próximas gerações. Nós não podemos, a

cada vez que nos deparamos com um problema, dar um jeitinho. Nós estamos com um Frankenstein do ponto de vista fiscal. Nós temos uma emenda que, ao mesmo tempo que contempla as necessidades da indústria nacional e da economia, nos traz as necessidades de ter disciplina fiscal minimamente", disse Marinho.

Em resposta à oposição, a senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), lembrou o que gerou a necessidade de o Congresso aprovar esse projeto, com a retirada dessas despesas da meta fiscal: a atuação do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, nos Estados Unidos por sanções ao Brasil.

"O que jamais foi imaginado por nós dentro deste país é um parlamentar brasileiro sair daqui e conspirar contra o nosso país na cara dura, na calada da noite. Eu peço que, para passarmos menos vergonha, todos votemos a favor de uma emergência para que possamos encontrar juntos uma solução", afirmou a parlamentar.

Na mesma linha, Veneziano destacou que a situação que levanta a necessidade desta retirada de gastos da meta fiscal é "excepcional", criticando a argumentação da oposição de que isto gera um rombo fiscal.

"Quem causou essa condição não foi uma situação econômica, porque foi imposto aos outros países diferentes percentuais daqueles, a princípio, **impostos** ao Brasil. Até então, nós tínhamos 10% [de taxa]. Agora somos taxados em 50%. Então, eu quero lamentar que nós aqui estejamos, porque a iniciativa do senador Jaques deixaria de existir se essas medidas não estivessem sendo adotadas", declarou Veneziano.

Após votação simbólica, com quatro votos contrários, o destaque apresentado pelos senadores da oposição foi rejeitado na comissão.

Os senadores também aprovaram o regime de urgência para a tramitação da matéria. Agora, com a aprovação pela CAE, a matéria precisa ser chancelada pelo plenário do Senado antes de seguir para a análise da Câmara dos Deputados. Ainda não há indicativo de quando o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), pautará o texto.

O governo tem pressa para aprovar o projeto de forma a conseguir lançar linhas de crédito a empresas afetadas pelo tarifaço ainda neste mês. O texto viabiliza o aporte de R\$ 1,5 bilhão no Fundo Garantidor do Comércio Exterior (FGCE), de R\$ 2 bilhões no Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) e de R\$ 1 bilhão no Fundo de Garantia de Operações (FGO), instrumentos contidos no projeto para auxiliar as linhas de crédito.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20250917>

# Comissão avalia que "Careca do INSS" é um potencial delator para livrar parentes

VINÍCIUS VALFRÉ LEVY TELES BRASÍLIA

A descoberta de um conjunto de empresas no Brasil e no exterior em nome de familiares de Antônio Carlos Camilo Antunes, além de transações milionárias suspeitas entre eles, será usada pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) para pressionar o empresário conhecido como "Careca do **INSS**".

A cúpula da comissão acredita que a situação jurídica do empresário e lobista é extremamente delicada. Por isso, passou a considerar, nos bastidores, que ele poderia ter interesse em entregar nomes e mecanismos ainda ocultos do esquema de fraudes no **INSS** para poupar membros da família.

O procedimento permitiria um ganho político à CPI porque representaria um passo adiante nas frentes de investigação que estão há meses sendo trabalhadas pela polícia e pela Controladoria-Geral da União (CGU).

A disposição inicial do empresário em falar à CPI, mesmo com a decisão judicial que o desobrigava de prestar depoimento, foi interpretada por integrantes do colegiado como um possível interesse em celebrar um acordo de delação premiada.

Para a CPI, dois filhos e a mulher do "Careca do **INSS**" podem ser só "laranjas" do esquema. E, por isso, o lobista poderia ter interesse em colaborar com os trabalhos. Os familiares do empresário aparecem em relatórios da Polícia Federal e em investigações da CPI como partícipes do suposto esquema de descontos ilegais em benefícios de aposentados e pensionistas.

CARROS. Um descuido de um dos filhos do "Careca do **INSS**" foi importante para que a PF mapeasse a possível ocul-tação de carros de luxo por investigados e conseguisse os mandados de prisão contra o lobista e contra o empresário Maurício Camisotti cumpridos na última sexta-feira, em um desdobramento da Operação Sem Desconto.

A polícia suspeita de vazamento da operação deflagrada em abril porque três automóveis foram "escondidos" no estacionamento de um shopping de Brasília, na véspera da ofensiva policial. Ao checar

informações no local onde estavam os veículos, um agente da PF identificou Danilo Carvalho Antunes observando uma Fer-rari vermelha e uma Mercedes preta "de forma minuciosa" e digitando mensagens em um aparelho celular.

O carro com o qual Danilo acessou o estacionamento estava em nome da BSB Business Consulting, firma do irmão dele, Romeu Carvalho Antunes, e de Rubens Oliveira Costa, sus- peito de lavar dinheiro para o esquema de fraudes. Danilo e Romeu têm, respectivamente, 22 e 28 anos.

Romeu aparece como sócio do pai em uma série de empresas apontadas pela polícia como meio de circulação de dinheiro ilícito do suposto esquema instalado no **INSS**. De acordo com a PF, essas firmas foram utilizadas para pagamento de propinas a pessoas físicas e jurídicas ligadas a servidores do instituto.

OFFSHORE. A CPI também identificou que Romeu abriu duas offshores na Flórida. O pai dele tem uma outra nas Ilhas Virgens Britânicas, a Camilo Antunes Limited.

A defesa do "Careca do **INSS**" fez chegar à CPI que ele estava interessado em falar aos congressistas, anteontem. Horas antes da audiência, porém, o empresário mudou de ideia e a sessão foi cancelada.

Nas sete reuniões da CPI do **INSS** feitas até agora, o empresário foi alvo de 23 pedidos de convocação. Deste total, 13 foram aprovados e dez ainda não foram votados pelos parlamentares do colegiado.

"A convocação do "Careca do **INSS**" é medida inarredável e de urgência manifesta para o avanço dos trabalhos da CPI. As investigações posicionam o convocado como o epicentro operacional de um esquema criminoso", afirmou o senador Izalci Lucas (PL-DF), que protocolou o pedido ainda no dia 18 de agosto, dois dias antes da primeira reunião do colegiado no Congresso.

Na semana passada, o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), desobrigou o empresário de falar à CPI do **INSS**. Mendonça também autorizou a operação que prendeu o lobista. Em um primeiro momento, a defesa do "Careca do

**INSS**" havia dito à comissão que ele compareceria e responderia aos questionamentos dos congressistas. Mas, anteontem, recuou. O relator da CPI, deputado Alfredo Gaspar (União Brasil-AL), afirmou ao Estadão que viabilizar uma delação premiada é algo não descartado.

ARCABOUÇO. "Temos que usar todos os instrumentos que estejam dentro do arcabouço legal. Confesso que nunca vi uma colaboração premiada no âmbito de uma CPI, mas temos nossas obrigações e os nossos direitos previstos em lei. Não vejo nenhum contraponto em haver uma colaboração premiada no âmbito da CPI. Se houver algo de relevante e algum investigado que queira entrar nesse aspecto, vamos fazer uma análise concreta", disse o deputado.

Em nota, a defesa do "Careca do **INSS**" afirmou que parentes também não são obrigados a depor no colegiado e que eles poderão se recusar a falar, conforme a legislação. "Dessa forma, embora seja legítima a pretensão da comissão de aprovar os requerimentos considerados pertinentes, a defesa se utilizará dos mecanismos judiciais cabíveis para provocar o filtro de legalidade da medida e ver assegurados os direitos inerentes à condição de cada familiar", diz o **comunicado** da defesa do empresário.

**Site:** <http://www.pressreader.com/brazil/o-estado-de-s%C3%A3o-paulo>

# Blindagem escancara a política, sem intermediação, ao crime

**Maria Cristina Fernandes São Paulo**

Análise

A aprovação da PEC da blindagem no mesmo dia em que a Câmara franqueia a liderança da minoria ao deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) é autoexplicativa. A proposta de emenda constitucional visa a blindar parlamentares de processos no Supremo Tribunal Federal, que só os julgaria mediante autorização de seus pares.

Não se espere, porém, que esses pares se disponham a fazê-lo. Blindam o filho do ex-presidente com um cargo de líder para perdoar suas faltas quando poderiam cassar seu mandato pela mais grave delas, a de traição da pátria. Não bastasse o tarifaço, o deputado endossou a ameaça da porta-voz da Casa Branca, Karoline Leavitt, de uma intervenção militar americana. É ainda mais grave que um líder defenda tamanha afronta.

As duas pautas foram amarra-dasna noite de segunda-feira. Chegava perto da meia-noite quando o deputado Cláudio Cajado (PP-PB) recebeu um telefonema do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que estava ao lado de alguns dos líderes.

Aliado do ex-presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a ponto de ter sido por este indicado para a relatoria do arcabouço fiscal no primeiro ano do governo Luiz Inácio Lula da Silva, Cajado foi informado de sua nova incumbência. Seria o novo relator da PEC, no lugar do deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG), que não se dispunha a abrigar a principal mudança no texto: a incorporação dos presidentes de partidos ao rol de autoridades que têm foro no STF e a introdução do voto secreto na deliberação sobre a licença do Congresso ao julgamento.

Ao longo do tempo em que esta PEC ficou na geladeira, as operações policiais que foram às mas, para desbaratar a lavagem de dinheiro das organizações criminosas e os desvios de aposentadorias do **INSS**, fizeram emergir um novelo de acobertamentos comuns que contam com dirigentes partidários. Tanto essas operações quanto o inquérito que apura os desvios de emendas

parlamentares passaram a contar com a reabilitação das delações premiadas, a partir daquela do coronel Mauro Cid no julgamento de Jair Bolsonaro, para seguir adiante.

Na Casa para onde a PEC da blindagem seguirá depois da chancela da Câmara, o senador Alessandra Vieira (MDB-ES) desenhou: "O crime organizado do fuzil e o engravatado do **INSS** se juntam na política". Esse ajuntamento se fortalece no dia seguinte ao assassinato de um delegado-geral da Polícia Civil de São Paulo que, enquanto esteve na ativa, foi um dos infatigáveis investigadores do PCC.

O deputado Kim Kataguiri (União-SP) uniu-se aos parlamentares da base do governo para alertar contra o risco de esta PEC escancarar as portas da política para chefes do crime organizado ansiosos por uma blindagem para chamar de sua. Com a inclusão de presidentes de partidos na blindagem, os chefes do crime organizado nem mesmo precisarão se dar ao trabalho de arrumar voto. Só precisam montar uma máquina para angariá-lo. Além de uma montanha de dinheiro dos fundos eleitoral e partidário, teriam acesso aos corredores e gabinetes do Poder. Decretariam, de uma vez por todas, o fim da intermediação.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso/20250917>

# Governo Lula anuncia programa para reduzir fila do INSS para até 45 dias

## Redação

O ministro da **Previdência Social** do Governo Lula , Wolney Queiroz, disse nesta terça-feira, 16 de setembro, que o Programa de Gerenciamento de Benefícios (PGB) já está em vigor e tem como meta reduzir a fila do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

A meta é de que pedidos de aposentadoria, pensões e auxílios sejam analisados em até 45 dias. A medida foi anunciada em entrevista ao programa A Voz do Brasil.

Segundo o ministro, a iniciativa consiste em mutirões realizados por servidores fora do expediente normal, inclusive aos fins de semana, com remuneração adicional. O prazo de 45 dias foi estabelecido em acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU).

É um plano de incentivo para diminuir a fila, atender melhor e mais gente. Precisamos fazer revisão porque é uma demanda do TCU, é uma demanda legal fazer essas revisões para ver quem continua tendo direito ao benefício , disse Queiroz.

Logicamente nem sempre a resposta é positiva, às vezes as pessoas não têm direito, mas que ele obtenha a resposta dentro desse prazo de 45 dias , complementou.

O ministro também falou sobre o pagamento de indenização de R\$ 50 mil em parcela única e pensão mensal vitalícia para crianças com microcefalia causada pelo vírus Zika. No caso da pensão, o valor é limitado a R\$ 8.157. A portaria já foi publicada e beneficia famílias em todo o país.

Dinheiro nenhum vai reparar, mas pode dar uma qualidade de vida e uma condição melhor para aquelas crianças e para aquelas mães que se dedicam quase 100% do tempo a manter aquelas crianças vivas e bem , disse Queiroz.

Segundo ele, o governo federal está articulado com prefeituras e estados para garantir laudos médicos necessários de acesso ao benefício.

Outro tema abordado na entrevista foi a devolução de valores descontados indevidamente de aposentados e pensionistas. O ministro informou que mais de 2,3

milhões de pessoas já foram ressarcidas, somando mais de R\$ 1 bilhão.

Estamos fazendo essa propaganda para que os aposentados que têm direito façam a concordância, através do aplicativo Meu **INSS** ou nas agências dos Correios. Mas cerca de 99% daqueles que têm direito já receberam , disse o ministro.

## Site:

<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/governo-lula-anuncia-programa-para-reduzir-fila-do-inss-para-ate-45-dias,861769e90512d048d4f2389abb8d1ec2stcgej2y.html>

# Gigante chinesa promete instalar 300 postos de recarga rápida no País até 2027

**MÁRIO SÉRGIO VENDITTI**

Quando a imigração chinesa se intensificou no Brasil, a partir dos anos 1950, os novos cidadãos que desembarcaram aqui e apostaram sobretudo nos ramos de comércio e gastronomia, certamente não imaginavam que, sete décadas depois, a China viraria referência mundial em tecnologia. Nem que o país asiático inundaria as ruas brasileiras com automóveis com motores elétricos.

Os veículos eletrificados de 11 marcas chinesas - há outras a caminho - há tempos viraram realidade no mercado nacional.

Agora, outro agente da área de eletromobilidade, o da infraestrutura de recarga, chega da província de Shandong para investir pesado no Brasil.

Em agosto, a Teld New Energy abriu seus primeiros quatro eletropostos ultrarrápidos na cidade de São Paulo.

A Teld é uma potência do setor na China e quer reproduzir no Brasil um pouco do crescimento visto em seu país natal.

A empresa tem dez centros de pesquisa e desenvolvimento globais, seis bases de produção na China e dez mil colaboradores.

A empresa tem 40% do mercado de pontos de recarga no país asiático e 777 mil eletropostos ativos no mundo, utilizados por cerca de 30 milhões de consumidores.

Também em agosto, a companhia estreou o primeiro prédio ultra zero-carbono do mundo, em Shandong. O edifício de 23 andares e 117 metros de altura funciona totalmente com energia limpa e sem emitir carbono.

Uma das soluções são as fachadas com vidros fotovoltaicos, responsáveis por captar a luz solar que será transformada em eletricidade.

**FRANQUIAS.** Na capital paulista, as estações da Teld ficam nos limites das zonas sul e oeste, nas avenidas Brigadeiro Faria Lima, Bandeirantes, Juscelino Kubitschek e Vereador José Diniz, na confluência de artérias importantes da cidade (veja acima). "O custo

inicial da recarga será de R\$ 1,99 o kWh.

O valor sofrerá aumento ou não de acordo com a demanda", explica Evaristo Lai, diretor das operações da empresa no Brasil. Em breve, mais três unidades serão inauguradas em locais já definidos, mas não revelados por enquanto.

Segundo o executivo, as metas são audaciosas. "Queremos abrir mais 16 unidades até o fim do ano, 100 em 2026 e 200 em 2027, em vários pontos do País", diz. Para isso, a Teld promete investir R\$ 400 milhões no País nos próximos dois anos.

O modelo de franquia também faz parte da expansão dos negócios.

A previsão é credenciar 400 parceiros em 2026 e 800 em 2027. O interessado não precisará montar uma estrutura igual a dos eletropostos.

Basta o dono do empreendimento - uma farmácia ou padaria, por exemplo - reservar duas ou três vagas com a preparação de cabos para a instalação dos equipamentos, com capacidade de 40 kW, cedidos sem custo pela Teld. "Ao comprar um computador, o usuário não leva apenas a tela e o teclado. Ele quer que o sistema operacional rode perfeitamente.

Com os franqueados é a mesma coisa: eles receberão toda a estrutura e o suporte necessários para implementar a operação", afirma Lai.

**PRODUÇÃO LOCAL.** O executivo diz que, ao longo do tempo, a Teld planeja criar corredores verdes nas principais capitais, inclusive com equipamentos de recarga em grupo, para atender grandes frotas. "Para evitar o risco de falta de energia elétrica, todas receberam o sistema Bess", diz, referindo-se ao battery energy storage system, o sistema de armazenamento de energia em baterias.

Lai afirma que, em julho, havia 167 mil veículos híbridos plug-in e 130 mil totalmente elétricos registrados no País, o que comprova a posição estratégica no mercado de eletrificação.

"O Brasil será o nosso hub para ampliar os negócios na América Latina", diz.

As atividades da Teld no Brasil não se restringirão aos eletropostos. De acordo com Lai, a matriz da companhia autorizou a produção das linhas de produtos no País, a partir de 2026. Porém, ele não revelou onde a fábrica será erguida.

Segundo o executivo, tratase de uma boa notícia para futuros parceiros, que vão se associar à Teld no Brasil. "Manter uma fabricação local reduz a carga de **impostos** e, conseqüentemente, será possível diminuir o preço dos equipamentos", afirma.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Haddad prevê crescimento acima de 2,5% em 2025

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou, ontem, acreditar que o Produto Interno Bruto do Brasil (**PIB**) crescerá acima de 2,5% em 2025. Segundo ele, o otimismo é maior do que o do mercado financeiro e de organismos internacionais em relação à condução da política fiscal do país. "O próprio FMI (Fundo Monetário Internacional) teve que mudar sua projeção de **PIB** potencial do Brasil de 1,5% para 2,5% em função de algumas conquistas estabelecidas", afirmou.

Haddad disse ainda que o governo federal vai cumprir a meta fiscal prevista para os anos de 2025 e 2026. Para 2025, a meta prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é de resultado neutro, com intervalo de tolerância de 0,25% do **PIB**. Para 2026, a LDO estabelece o superávit de 0,25% do **PIB**. Ele ponderou, no entanto, que o resultado depende do esforço do Congresso Nacional em aprovar compensações e evitar "pautas-bomba"

"O Executivo tem dado a sua contribuição, o Congresso tem dado a sua contribuição e eu diria que também o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) têm dado a sua contribuição, sobretudo no julgamento das grandes causas que impactaram brutalmente o Orçamento nos anteriores", pontuou o chefe da pasta, em conversa com o ex-ministro Joaquim Levy, durante o J. Safra Investment Conference.

## Corte de juros

Durante o evento, o ministro também destacou a redução das expectativas de **inflação** para os próximos dois anos e afirmou que a equipe econômica tem conseguido reancorar as projeções de forma bem-sucedida.

Na avaliação do ministro da Fazenda, a perspectiva de uma alta menor dos preços em 2025 pode abrir caminho para que o Banco Central antecipe os cortes na taxa básica de juros (Selic), fixada em 15% ao ano desde junho. "Tudo leva a crer que o ciclo de corte da Selic vai começar nos próximos meses", disse Haddad, ao afirmar que acredita na rápida reação da economia após o BC reduzir os juros.

Ontem, o relatório Focus, que reúne as expectativas do mercado financeiro, reduziu novamente as projeções para a **inflação** medida pelo Índice Nacional

de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2025 e 2026.(RP)

## Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/7821/17-09-2025.html?all=1>

# Dólar rompe piso de R\$ 5,30

» **ROSANA HESSEL**

Em semana de reuniões dos comitês de política monetária dos bancos centrais do Brasil (Copom), e dos Estados Unidos (Fomc), o dólar segue em queda ante o real, rompendo o piso de R\$ 5,30, ontem. O recuo está relacionado com a expectativa de que o Federal Reserve (Fed, banco central norte-americano) anuncie, hoje, o início de novo ciclo de corte nos juros básicos, que hoje está entre 4,25% a 4,50%.

A divisa norte-americana rompeu o piso de R\$ 5,30 às 13h29, quando chegou a R\$ 5,297, e, após oscilar um pouco e voltar a ficar acima de R\$ 5,30, atingiu o piso de R\$ 5,294, às 14h30. No fim do pregão, encerrou cotada a R\$ 5,298, com queda de 0,44. As bolsas norte-americanas fecharam em queda com a perspectiva do corte de 0,25 ponto percentual nos juros. A Nas-daq, bolsa das empresas de tecnologia, escorregou 0,07%, aos 22.333 pontos. O Índice Dow Jones recuou 0,27%, para 45.757 pontos.

"A queda do dólar está relacionada com a expectativa da reunião do Fed, mas também pela falta de sanções extras dos Estados Unidos" afirmou Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos. Ele destacou que há várias apostas no mercado sobre a decisão do Fed, mas todos vão na direção de corte de juros, o que enfraquece o dólar.

Maurício Valadares, diretor de investimentos (CIO) da Nau Capital, lembrou que a desvalorização do dólar é global "O dólar está mais fraco no mundo devido à expectativa de que o Federal Reserve realize uma sequência de cortes pela frente" explicou Valadares. "O grande ponto, agora, é se o Fed vai anunciar duas ou três reduções até o fim do ano"

Copom na contramão

Enquanto o mercado aposta em queda de juros nos EUA, por aqui, o consenso de analistas é de manutenção da taxa básica da economia (Selic), atualmente em 15% ao ano, principalmente por conta da perspectiva de piora do quadro fiscal.

Os dados divulgados, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicando queda na taxa de desemprego para 5,6%, no trimestre encerrado em julho contribui para as previsões de que o BC mantenha os juros no atual patamar.

"Esses dados, contudo, limitam a perspectiva de corte

de juros uma vez que salários em alta mantêm o custo de serviços em alta e esta é a variável chave da análise da maioria dos economistas e do Banco Central para avaliar os componentes subjacentes da **inflação**. Como costume dizer: a notícia ruim é que está bom" ressaltou o economista e consultor André Perfeito. Para ele, se o Banco Central cortar a taxa Selic antes será por conta do dólar, que segue recuando e ajuda a reduzir as pressões inflacionárias. "Vamos ter muita emoção nesta "superquarta" apostou.

E, enquanto o dólar cai, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) segue operando no azul desde a condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a 27 anos de prisão no julgamento da trama golpista. No pregão de hoje, avançou 0,36%, para 144.061 pontos.

**Site:**

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/7821/17-09-2025.html?all=1>

# Após 2 anos de austeridade, Milei anuncia aumento de gastos em 2026

**CAROLINA MARINS**

Após sofrer uma derrota eleitoral na Província de Buenos Aires e a 40 dias de uma votação nacional que vai reconfigurar o Congresso, Javier Milei puxou o freio da motosserra. O presidente argentino disse que "o pior já passou" e anunciou que, em 2026, aumentará os gastos com aposentadorias, saúde e educação, os setores mais afetados pela política de austeridade fiscal, alvo constante de protestos.

"O esforço que todos estamos fazendo vale a pena", disse o presidente, na noite de segunda-feira, ao apresentar no Congresso seu orçamento para 2026. Milei acrescentou que o equilíbrio fiscal continua "inegociável" e "pedra angular" de sua gestão.

O ajuste fiscal que marcou quase dois anos de seu governo -que Milei define como "o maior da história da humanidade" - fez com que a Argentina alcançasse o primeiro equilíbrio fiscal em 14 anos e controlasse a **inflação**, ainda que com um alto custo social em setores como previdência, saúde, entre outros.

Em discurso de 15 minutos em rede nacional, Milei afirmou que o orçamento para o próximo ano aumentará em 5% os gastos com aposentadoria, 17% com saúde e 8% com educação, todos acima da **inflação**. O auxílio concedido a pessoas com deficiência também crescerá 5% acima da **inflação**, segundo Milei, que adotou um tom mais sereno do que o habitual.

"A mudança mais importante foi no discurso. O que se viu foi um Milei mais moderado e reconhecendo a derrota", disse o economista Juan Manuel Telechea. "De certa forma, fazendo uma autocrítica, reconhecendo que o ajuste tem limites. É uma mudança para atrair votos em outubro." A Casa Rosada não obteve consenso no Congresso para aprovar os orçamentos anteriores. Por isso, Milei vem operando até agora de forma discricionária com a prorrogação do orçamento de 2023, que em alguns casos ficou defasado diante da **inflação** de 117,8%, de 2024, e de 19,5%, nos primeiros oito meses de 2025.

O anúncio chega em um momento político e econômico delicado, após a recente derrota para o peronismo do seu partido, A Liberdade Avançada, nas

legislativas da Província de Buenos Aires no dia 7, e a pouco mais de um mês das eleições legislativas nacionais de meio de mandato, em 26 de outubro, que vão reconfigurar o Congresso. O revés provocou a queda de algumas ações argentinas em Wall Street e na Bolsa de Buenos Aires, além de uma disparada na cotação do dólar e no risco país.

O orçamento de 2026 prevê um crescimento de 5% do **PIB**, **inflação** anual de 10,1%, superávit de 1,4% do **PIB** e um valor médio do dólar de 1.423 pesos, abaixo da cotação atual, segundo resumo obtido pela agência France Presse.

Para Juan Luis Bour, diretor da Fundação de Pesquisas Econômicas Latino-Americanas (Fiel), os aumentos de Milei são "desafiados" pela necessidade de "manter o equilíbrio fiscal". "Ano que vem, há aumentos de despesas do lado financeiro. Se não houver recursos suficientes, será necessário cortar gastos em outras áreas", disse.

**OPOSIÇÃO.** O governador da Província de Buenos Aires, o peronista Axel Kicillof, disse que a frase "o pior já passou", usada por Milei, "faz parte de um repertório batido de frases da direita argentina". "O problema de Milei é que ele vendeu ilusões na campanha, disse que faria uma política original, inovadora, porque faria um ajuste que seria apenas para a casta, mas acabou atingindo aposentados e outros setores", disse.

No início do mês, o Congresso rejeitou pela primeira vez um veto de Milei a uma lei que destinava mais recursos para a agência do governo para pessoas com deficiência, abalada por denúncias de corrupção que envolvem sua irmã e secretária-geral da presidência, Karina Milei. Segundo pesquisa da Universidade Torcuato di Tella, o índice de confiança no governo já havia caído 13,6% em agosto, em comparação com o mês anterior, mesmo antes do caso de corrupção vir à tona. A isso se soma o mal-estar de sua coalizão, tanto pela derrota eleitoral quanto pelo escândalo.

**Site:** <http://www.pressreader.com/brazil/o-estado-de-s%C3%A3o-paulo>

# Para analistas, Copom mantém juros hoje, com cortes só a partir de 2026

**MARIANNA GUALTER**

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central deve decidir hoje pela manutenção da taxa básica de juros, a Selic, em 15%. Segundo pesquisa do Projeções Broadcast, 74% das instituições consultadas preveem que a taxa fique estável até, pelo menos, o fim deste ano. Ou seja, a redução dos juros só deve começar, para a maior parte do mercado, em 2026.

Segundo analistas consultados pelo Estadão/Broadcast, embora a economia comece a mostrar os primeiros sinais de que o juro em patamares mais altos está surtindo efeito, com a desaceleração de indicadores como produção e vendas, ainda é cedo para o colegiado mudar de direção ou mesmo abrir espaço para que o mercado passe a apostar em cortes ainda neste ano.

"Vai se consolidando, gradativamente, um ambiente que sugere que 15% é muito alto, mas, ao mesmo tempo, não é um ambiente que sugere muito espaço para cortes de juros. Ainda estamos muito distantes do objetivo", afirma o economista-chefe da XP Investimentos, Caio Megale.

A avaliação dos analistas é de que, na reunião que começou ontem e termina hoje, o Copom faça um ajuste sutil, para baixo, em sua projeção para a **inflação** no primeiro trimestre de 2027 (horizonte relevante da política monetária). Mesmo assim, dizem os economistas, o colegiado deve manter comunicação similar à de seu último encontro.

Desde a última reunião do Copom, no dia 30 de julho, as medianas do relatório Focus para o IPCA de 2025 e 2026 arrefeceram de 5,09% e 4,43% para 4,83% e 4,30%, respectivamente, mas continuaram sensivelmente acima do centro da meta de 3%. A cotação do dólar usada no cenário de referência do comitê deve cair de R\$ 5,55 para R\$ 5,40 - o que pode permitir que o colegiado reduza sua projeção para a **inflação** no primeiro trimestre de 2027, de 3,4% para algo próximo de 3,3%, segundo cálculos da XP e do Santander Brasil. Hoje, o banco central americano também decide a nova taxa de juros (mais informações na pág. B2).

PERSPECTIVA. Megale, da XP, avalia que o cenário

ainda mostra uma economia firme, com mercado de trabalho aquecido (mais informações na pág. B9) e o IPCA rodando próximo ao limite superior da meta de **inflação**, de 4,5%; há, porém, sinais de alívio. Ele estima que, caso o panorama positivo se concretize, haverá espaço para que o comitê inicie os cortes de juros, num ritmo de 0,5 ponto porcentual, em janeiro.

A corretora projeta que as reduções levem a Selic a 12%, um nível que aproveita o espaço que o BC terá para cortar, mas que se mantém "conservador o suficiente", considerando as incertezas do período eleitoral.

Para a economista sênior da LCA 4Intelligence, Thais Zara, o cenário segue parecido com o registrado na reunião de julho, o que abre pouco espaço para mudanças na comunicação. "A comunicação tem sido bem enfática na questão da convergência da **inflação**. Então, a principal questão nesse momento é o descolamento tanto das expectativas de mercado quanto do próprio BC, que ainda se mantém acima da meta no horizonte relevante."

A 4Intelligence projeta manutenção da Selic em 15% até março do ano que vem, quando prevê início de um ciclo de cortes que deve levar a taxa a 12,5%. Sobre os eventos recentes no cenário econômico, Thais avalia ser possível que o colegiado volte a citar as tarifas impostas pelos Estados Unidos ao Brasil, mas com a ponderação de que os efeitos sobre a **inflação** tendem a ser moderados.

Para o economista Marco

Caruso, head de política monetária do Santander, deve prevalecer nessa reunião a máxima de "não mexer em time que está ganhando". Ele prevê que o comitê manterá a mensagem de "continuar a interrupção do ciclo de alta para observar os efeitos do ciclo empreendido". Ele projeta cortes da Selic a partir de janeiro de 2026, levando a taxa até 13%, mas não descarta uma postergação do início para março.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Desemprego cai a 5,6%, menor nível da série histórica

**DANIELA AMORIM**

A taxa de desemprego no País atingiu novo piso histórico no trimestre encerrado em julho: 5,6%. Os dados são da Pesquisa

Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), iniciada em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No trimestre terminado em julho, o mercado de trabalho acumulou marcas positivas: a população ocupada subiu a um recorde de 102,437 milhões de pessoas, enquanto a população desempregada desceu ao segundo menor contingente já registrado, 6,118 milhões de pessoas em busca de uma vaga - patamar mais bai-

xo desde o fim de 2013. Já o nível da ocupação (percentual de pessoas ocupadas entre a população em idade de trabalhar) ficou em 58,8%, se mantendo no maior patamar da série do IBGE.

"O aumento da população ocupada e a redução da população desocupada nos permitiram identificar a menor taxa de desocupação da série", observou William Kratochwill, analista da pesquisa do IBGE. "Temos o retrato do que está acontecendo. O mercado de trabalho se mantém aquecido, continua resiliente, continua apresentando característica de um mercado que está em expansão."

Para o sócio e economista-chefe da G5 Partners, Luís Otávio Leal, os dados do IBGE confirmam que o mercado de trabalho no Brasil está aquecido e dinâmico, com composição relativamente saudável em meio à redução da informalidade.

"O mercado de trabalho deve permanecer como um vetor positivo para a atividade econômica em 2025. A dúvida, no momento, é entender a extensão dessa dinâmica benigna, ou seja, até que ponto a taxa de desemprego vai continuar caindo. Nossas simulações su-

gerem que patamares mais próximos de 5% podem ser uma possibilidade no último trimestre. Se for o caso, e a **inflação** permanecer em trajetória mais benigna, será importante avaliar a possibilidade de a economia brasileira suportar um mercado de trabalho

estruturalmente mais aquecido",

disse Leal, em relatório.

No trimestre encerrado em julho, foi aberto 1,176 milhão de postos de trabalho no País, ocupações majoritariamente criadas via formalidade. Ao mesmo tempo, 1,013 milhão de pessoas deixaram a condição de desemprego. Segundo o pesquisador do IBGE, há uma alta sazonal nas contratações nesse período do ano. Porém, o mercado de trabalho está melhor do que em iguais períodos de anos anteriores.

O setor público ajudou na geração de vagas no trimestre terminado em julho, mas foi o setor privado que puxou o aumento do emprego. "O setor público aumentou 422 mil posições, o equivalente a quase um terço do crescimento total (de ocupados), mas o maior crescimento aconteceu no setor privado", disse Kratochwill. "O setor público ajuda, mas o setor privado puxa o aumento do emprego."

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Haddad projeta corte de juro pelo BC em breve

**Ruan Amorim De Brasília**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o Banco Central deve começar a cortar a taxa básica de juros e que a economia brasileira vai reagir rapidamente a esses cortes. A declaração foi dada durante sua participação no evento J.Safra Investment Conference.

"Não sou do Banco Central, mas tudo me leva a crer que o ciclo de corte de juros vai se iniciar em algum momento dos próximos meses", disse. "Tenho a impressão de que nós vamos abrir um ciclo importante de queda de juros e eu penso que a economia vai reagir muito rapidamente, pelo que está acontecendo do ponto de vista do ambiente de negócio."

As declarações de Haddad ocorreram em meio à reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), realizada ontem, para discutir o patamar da Selic nos próximos 45 dias. O colegiado volta a se reunir hoje para bater o martelo sobre a taxa básica de j tiros. A expectativa é de manutenção em 15% ao ano. Para o titular da Fazenda, o apetite de investimento no Brasil "vai se manifestar com muito vigor a partir do início do ciclo de corte de juros".

A estimativa mediana do mercado, conforme divulgado pelo BC na última edição do boletim Focus, é de manutenção da Selic em 15% até o fim deste ano. No evento, o chefe da pasta econômica também disse que negociou, na última segunda-feira, com líderes da Câmara dos Deputados o encaminhamento dos projetos que compõem o Orçamento de 2026 e disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) terminará este mandato com "solidez fiscal". Segundo Haddad, o governo cumprirá a meta fiscal, tanto neste ano quanto em 2026. A meta é de déficit zero para 2025 e superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**) para 2026. Em ambos os casos há uma tolerância de 0,25 ponto percentual do **PIB** para mais ou para menos.

Contudo, para cumprir meta, ele ponderou que o governo depende da colaboração do Congresso Nacional.

"Dependemos do que não tem nos faltado, que é a compreensão do Congresso Nacional, tanto do ponto de vista da limitação de despesa, exclusão de pautas-

bomba e geração de despesas indevidas, quanto da questão da recomposição da base fiscal do Estado brasileiro", disse.

Para Haddad, o governo deverá encerrar o mandato com a menor **inflação** desde o Plano Real. "Nós vamos terminar o mandato com a menor **inflação** de um mandato desde o Plano Real. Seguramente a **inflação** acumulada em quatro anos será, pela primeira vez, inferior a 20%", disse.

Ministro da Fazenda afirma que governo terminará mandato com solidez fiscal

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso/20250917>

# Emprego e renda fortes pressionam inflação

**Sergio Lamucci São Paulo**

O mercado de trabalho continua a mostrar força, mesmo num cenário em que os juros reais (descontada a **inflação**) estão nas alturas. Nos três meses até julho, a taxa de desemprego ficou na mínima da série histórica, enquanto a renda atingiu o nível mais alto, descontada a **inflação**. Com desocupação baixa e rendimento em alta, o consumo tende a manter algum fôlego, o que pressiona a **inflação** de serviços e, com isso, tende a adiar o começo do ciclo da queda da Selic, hoje em 15% ao ano em termos nominais e em 10% quando se desconta o IPCA esperado para os próximos 12 meses. Na reunião de hoje, o Comitê de Política Monetária (Copom) deve manter mais uma vez a taxa inalterada-os cortes devem ficar para o ano que vem ou, na hipótese mais otimista e menos provável, para o fim deste ano.

A taxa de desemprego nos três meses até julho ficou em 5,6%, bem abaixo dos 6,8% do mesmo período de 2024. Nos cálculos com ajuste sazonal da 4Intelligence, o indicador ficou em 5,7%, a mais baixa da série iniciada em 2012, inferior aos 5,8% do segundo trimestre do ano. Já o rendimento médio real atingiu R\$ 3.484 nos três meses até julho, o nível mais elevado da série, com alta de 1,3% sobre o trimestre imediatamente anterior (fevereiro a abril de 2025), já descontada a **inflação**, e 3,8% sobre o mesmo período do ano anterior. São altas expressivas, que dão sustentação ao consumo, mesmo num cenário de juros altos e índices elevados de endividamento das famílias. "Os rendimentos reais cresceram pelo décimo mês consecutivo", nota o economista Rodolfo Maigato, da XP.

Há alguns sinais de acomodação do mercado de trabalho, o que é natural após um ciclo de forte alta dos juros, mas eles são suaves, evidenciando o efeito defasado do aperto monetário sobre indicadores de emprego e renda. "A população ocupada mostra sinais de estabilização na ponta, mas permanece em patamar historicamente elevado", escreve Margato, citando um sinal de arrefecimento, ao mesmo tempo em que deixa claro o momento favorável do segmento.

Outro indicador de robustez é o comportamento da chamada taxa composta de subutilização da força de trabalho. Nos três meses até julho, ela ficou em 14,1%, também a mais baixa da série. No mesmo período de 2024, o indicador estava em 16,2%. É uma queda expressiva, de um grupo que engloba os

desempregados, os ocupados que poderiam ou gostariam de trabalhar mais horas e os que integram a força de trabalho potencial.

Em nota, o economista-chefe da corretora Tullett Prebon, Fernando Montero, chama a atenção para a queda dos subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e o seu impacto sobre a melhora de rendimentos. Esse contingente recuou de 7,68 milhões de pessoas em 2021 para 4,57 milhões em 2025, um recuo de 3,11 milhões, ou 40,5%. "Essa parcela antes subocupada segue ocupada hoje, mas babalha (e deve ganhar) mais", escreve. "Estimamos que os ocupados com suficiência de horas tenham aumentado 16,56 milhões ou 20,4% nos quatro anos."

Esses números positivos do mercado de trabalho têm como efeito colateral a pressão sobre a **inflação** de serviços. Nos 12 meses até agosto, os serviços que mais respondem à demanda acumulam alta de 6,74%, um ritmo forte, que dificulta a convergência do IPCA para a meta perseguida pelo Banco Central, de 3%.

Em relatório, a BRCG Consultoria observa que os salários têm crescido acima da produtividade, um sinal preocupante. Um mercado de trabalho pujante tem óbvios efeitos favoráveis sobre o bem estar e o consumo, mas dificulta a queda da **inflação**. Nesse cenário, a tendência é que o BC adie o começo do ciclo de queda da Selic.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso/20250917>

# Mercado de trabalho dá novo sinal de força e é desafio para política do BC

**Alessandra Saraiva e Marta Watanabe Do Rio e São Paulo**

O desemprego no país no trimestre encerrado em julho atingiu novamente a menor taxa histórica, mostrando mercado bastante aquecido e resiliente, com recorde em vários indicadores como população ocupada, número de empregados com carteira assinada do setor privado, renda média dos trabalhadores e massa de rendimentos real habitual. Parte dos economistas não descarta novas mínimas dentro da série histórica da taxa de desemprego até o fim do ano. O quadro, porém, alertam alguns, pode atrapalhar a política do Banco Central no combate à inflação.

A taxa de desemprego no país foi de 5,6% no trimestre móvel encerrado em julho. O resultado ficou abaixo do verificado no trimestre imediatamente anterior, encerrado em junho (5,8%), mostra a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE.

Com o desempenho, a taxa de desemprego renovou, pela segunda vez consecutiva, sua mínima histórica em toda a série da pesquisa, iniciada em 2012.

O resultado ficou abaixo da mediana das expectativas de 20 consultorias e instituições financeiras ouvidas pelo Valor Data, que apontava para uma taxa de 5,7% no trimestre até julho.

Para Felipe Tavares, economista-chefe do BGC Liquidez, o destaque do resultado foi mostrar a "resiliência surpreendente do mercado de trabalho", no cenário de atividade econômica desacelerando e juros altos.

William Kratochwill, economista do IBGE, pondera que, historicamente, julho é um mês que ocorre ritmo maior de vagas, com as empresas se preparando para a demanda mais aquecida do segundo semestre. Mas há, segundo ele, "características de um mercado que está em expansão". "Não somente por taxa de desocupação [desemprego] baixa, mas também com estoque de pessoas ocupadas", disse.

A população ocupada ficou em 102,4 milhões até julho, recorde na pesquisa. O contingente na força de trabalho, de pessoas ocupadas e desocupadas chegou a 108,6 milhões de pessoas, também pico da

série histórica. "Esses indicadores demonstram que as pessoas que deixaram a população desocupada não estão se retirando da força de trabalho ou caindo no desalento - estão realmente ingressando no mercado de trabalho."

Para Bruno Imaizumi, economista da 4intelligence, o que chama mais atenção nos dados é o avanço muito forte do rendimento efetivo. A massa de renda real efetiva no trimestre encerrado em julho ante igual período de 2024 teve alta de 6,4%, diz. "É um número bastante relevante."

Dos 6,4% de aumento, explica Imaizumi, 3,9 pontos percentuais (p.p.) vêm do efeito de rendimento, enquanto 2,5 p.p. são do efeito da população ocupada.

"Isso mostra que não é só a questão da ocupação, que vai continuar batendo recorde, mas também a questão dos salários, do aumento da renda efetiva. São bons sinais ainda no mercado de trabalho, não só pelo lado da ocupação, mas também pelo lado da renda."

E quando a gente pensa em rendimento, ressalta Imaizumi, sabe-se que a regra do salário mínimo resulta em avanço real, mesmo com o teto de crescimento de 2,5% dado pelo arcabouço fiscal. "Como há crescimento acima da inflação, isso vai ajudar a sustentar a renda para 2026."

Pelos dados do IBGE, a renda média dos trabalhadores foi recorde ao avançar 1,3% no trimestre encerrado em julho ante trimestre móvel anterior, para R\$ 3.484. Já a massa de rendimentos real habitualmente recebida por pessoas ocupadas (em todos os trabalhos) também foi recorde: R\$ 352,3 bilhões, 2,5% mais que no trimestre móvel anterior.

Em linha com o quadro positivo, destaca Luis Otávio Leal, economista-chefe do G5 Partners, o nível de ocupação - população ocupada como proporção da população em idade para trabalhar - de 58,8% registrado em julho é o maior da série histórica.

"Considerando todas as métricas, podemos afirmar com uma certa segurança que o mercado de trabalho no Brasil está aquecido e dinâmico", diz Leal. Além disso, aponta, sua composição segue relativamente saudável, com taxa de informalidade no segundo menor patamar da série histórica. O mercado de

trabalho, avalia Leal, deve permanecer como um vetor positivo para a atividade econômica em 2025.

A dúvida, no momento, diz Leal, é entender a extensão da dinâmica benigna do mercado de trabalho. "Ou seja, até que ponto a taxa de desemprego vai continuar caindo." As simulações da gestora, afirma, sugerem que patamares mais próximos de 5% podem ser uma possibilidade no último trimestre. "Se for o caso e a **inflação** permanecer em trajetória mais benigna, será importante avaliara possibilidade de que a economia brasileira consegue suportar um mercado de trabalho estruturalmente mais aquecido." Imaizumi, da 4intelligence,

diz que é possível que o mercado de trabalho continue surpreendendo nos próximos meses. Para o trimestre encerrado em agosto, ele estima que a taxa de desemprego deve ficar em 5,5%, o que levaria a uma nova mínima histórica na série do IBGE.

A dinâmica ainda forte da renda mostrada pela Pnad de julho, diz Rodolfo Margato, economista da XP, deve permitir uma suavização na desaceleração da atividade econômica que está em curso". A XP projeta que a taxa de desemprego encerrará este ano em 5,8%, já com ajuste sazonal.

O quadro do mercado de trabalho leva a estimativas de **inflação** de serviços ainda resistente, diz Margato. "O IPCA como um todo vem mostrando sinais de alívio, especialmente nos grupos de preços de bens industrializados, de alimentos, mas a parte de serviços ainda resistente, ainda rodando bem acima da meta inflacionária, em grande medida devido a essa dinâmica mais forte do que inicialmente esperado no mercado de trabalho, emprego e principalmente renda em expansão."

A taxa de desemprego, diz Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), provavelmente está abaixo da taxa de desemprego natural, o que significa um mercado em pleno emprego, embora não se saiba exatamente qual é o nível da taxa de desemprego de equilíbrio. "Nesse ambiente, o trabalhador tem maior facilidade para arrumar emprego. A taxa de desemprego está caindo e ao mesmo tempo a renda continua subindo, o que mais cedo ou mais tarde chega ao aspecto negativo. Ou seja, isso vai dificultar o controle da **inflação** pelo Banco Central." A **inflação** de serviços, que tem mais inércia, é mais difícil de se combater, explica Barbosa Filho. "O problema de um mercado de trabalho aquecido, na qual o rendimento está crescendo acima da produtividade, é que a partir de um determinado momento isso vai pressionara **inflação** de serviços,

que é mais resiliente, o que vai demandar ao Banco Central manter uma política contracionista por mais tempo."

Já existem sinais de redução da atividade econômica, diz Barbosa Filho. "Mas, obviamente, o problema é que primeiro haverá desaquecimento da economia e depois isso chegará ao mercado de trabalho. Mesmo com a desaceleração, não teremos taxa de desemprego elevada até o ano eleitoral." É esperado que a taxa de desemprego suba, explica, mas ainda deverá ficar em nível relativamente baixo.

Além disso, diz, há políticas fiscais do governo que visam manter a economia aquecida. Para o ano que vem, lembra, já é esperada a revisão da tabela do Imposto de Renda e o ciclo eleitoral deve contribuir para a política fiscal continuar expansionista.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20250917>

# Emprego recorde mostra desafio fiscal do país (Editorial)

Se o Banco Central tiver que esperar o esfriamento do mercado de trabalho para começar a reduzir os juros, provavelmente terá ainda de aguardar um bom tempo. Os números do mercado de trabalho referentes à Pnad-Contínua trimestral, no período encerrado em julho, são superlativos e com vários indicadores no pico da série histórica. É possível que essa também seja a melhor performance no ano, diante da perspectiva de desaceleração gradual das atividades econômicas, causada por enorme taxa real de juros.

O desemprego no trimestre encerrado em julho foi o menor de todos desde que o IBGE começou a calculá-lo da forma atual, em 2012:5,6%, ante 6,6% de fevereiro a abril. O contingente desocupado atingiu 6,11 milhões de pessoas, com forte queda, de 14,2%, em relação ao trimestre anterior e aumento de 1,2 milhão de postos no ano. Da mesma forma, a população ocupada é recorde -102,4 milhões de pessoas -, com um salto de 2,4 milhões em um ano. O nível de ocupação (pessoas trabalhando em relação àquelas com idade para trabalhar) atingiu seu maior nível: 58,8%.

O crescimento do mercado de trabalho reduziu o número de desalentados (quem perdeu a esperança de encontrar emprego) e de subocupados (os que gostariam de trabalhar mais horas do que estão trabalhando). Além disso, bateu recorde o número de empregados no setor privado, assim como o de trabalhadores com carteira assinada (39,1 milhões, mais 1,3 milhão de postos). Grande parte da expansão do trabalho com carteira se deve à notável ampliação do emprego público (todos os níveis), que cresceu 3,4% no trimestre (mais 422 mil pessoas), para atingir um total de 12,9 milhões de funcionários.

Em ordem de grandeza, a administração pública, saúde, educação e serviços sociais acrescentaram 522 mil pessoas à força de trabalho, seguidos por informação, comunicações, atividades financeiras, imobiliárias e outras, com 260 mil novos empregados, e agricultura, pecuária, pesca e produtos florestais, com 206 mil postos. Em relação ao mesmo trimestre móvel de 2024, há predominância da indústria na criação de empregos, mas, no agregado, os serviços sobressaem: comércio, transporte e armazenagem, informação e comunicação.

O desempenho do mercado até agora indica por que

sua desaceleração não será abrupta e tampouco rápida.

Agricultura e pecuária fogem do ciclo normal da economia, têm forte viés exportador e seguem um ritmo próprio, menos dependente de tramas conjunturais. E, embora a indústria não tenha quase crescido no primeiro semestre e deva continuar com baixo desempenho no segundo, o mesmo não está acontecendo com os serviços, como o **PIB** do segundo trimestre demonstrou. Em qualquer comparação temporal no **PIB**, há sempre três segmentos de serviços entre os cinco que mais puxaram a atividade. Além de o setor ser o maior empregador do país, é o que tem mostrado maior resistência ao declínio da **inflação**. No IPCA de agosto, que trouxe a boa notícia da deflação, o dissabor foi dado pelo aumento dos preços dos serviços subjacentes, de 6,14% em 12 meses.

Há sinais de estabilização no emprego em vários setores, um prenúncio de possível retração posterior. É o caso da comparação anual de agropecuária, construção, serviços domésticos, outros serviços e alojamento e alimentação.

A economia tem mantido um bom fôlego graças a estímulos fiscais, aumentos reais do salário mínimo e grande impulso dado à renda pelo aumento da população ocupada. Os salários continuaram até julho a ter ganhos acima da **inflação**. O rendimento médio real habitual, de R\$3.484, é o maior da série do IBGE, cresceu 1,3% no trimestre e 3,8% no ano. No trimestre, os salários foram puxados por administração pública, saúde e educação, mas na comparação anual o maior aumento real foi de agricultura (7,2%), construção (7%) e vários serviços, como os domésticos (5%) e informação e comunicação (5,3%).

A massa de rendimento médio real (acima da **inflação**) no trimestre foi recorde, R\$ 352,3 bilhões, com aumento de 6,4% em um ano e 2,5% no trimestre. No governo Lula, há crescimento real da ordem de R\$ 50 bilhões até julho. O aumento dos rendimentos do trabalho e as transferências (aposentadorias, pensões, BPC) elevaram bastante a renda disponível bruta das famílias (que inclui todas as rendas, não só salários), de R\$ 612,2 bilhões em janeiro de 2023 para R\$ 763,8 bilhões em junho passado. Todos os indicadores do mercado de

trabalho apresentaram melhora acentuada desde o início do atual governo.

O outro lado da moeda é que a **inflação** continua longe da meta, com expectativas desancoradas, e a economia cresce acima de seu potencial, algo entre 2% e 2,5%. Os estímulos fiscais e parafiscais do governo se traduziram em endividamento maior. Só o aumento real do salário mínimo trará, por seus efeitos sobre a Previdência e Loas, somados aos juros pagos pelo aumento da dívida, uma carga de R\$ 165 bilhões nos quatro anos de mandato de Lula, segundo o economista Fabio Giambiagi (Valor, 15/6). Assim, para esfriar a economia o governo deveria realizar um aperto fiscal, o contrário do que tem feito, e não deixar sozinhos o BC e seus juros exorbitantes realizarem a tarefa.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20250917>

# PEC colocaria BC no padrão de economias avançadas

**Alex Ribeiro De São Paulo**

Se a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que concede autonomia administrativa e financeira ao Banco Central for aprovada, o índice de independência do BC brasileiro chegaria aos padrões das principais economias avançadas.

Hoje, o indicador está em 0,55, numa escala de 0 a 1,0. O país avançou nos últimos anos com a aprovação da Lei Complementar 179/2021, que deu mandatos fixos aos membros da diretoria colgiada. Mas está abaixo da média mundial, de 0,7.

"Entre os 155 países da amostra de 2023, o BCB ocupa a 123ª posição, atrás de países vizinhos da América Latina e de quase todos os integrantes atuais do BRICS", diz o economista do BC Bruno Pires Tiberto.

A métrica usada é um índice de independência de banco central, o CB1E, desenvolvido pelo economista Davide Romelli, do Trinity College Dublin, da Irlanda. Ele é mais completo que outros porque leva em conta 42 critérios de desenho institucional em seis dimensões, incluindo mandatos dos dirigentes, independência financeira, proibição de financiar o Tesouro, objetivo claro de controlar inflação, transparência e poder para definir juros.

Em simulação feita para o Valor sobre efeitos da PEC e provável regulamentação posterior, o índice subiria a 0,86. "O BC passaria a ter grau de autonomia comparável ao dos principais bancos centrais do mundo. Para referência, o Banco Central Europeu tem autonomia de 0,90, e a média entre economias avançadas é 0,78." Reformas no passado fizeram o Brasil melhorar. A LC n-179/2021 fez o índice subir de 0,32 para 0,55 porque fixou mandatos e a proteção de dirigentes do BC contra demissão. Mas a lei não esgotou todos os ganhos que o quesito poderia dar. O mandato foi estabelecido em quatro anos, enquanto a referência é mais de oito anos. No Brasil, dirigentes podem ser reconduzidos ao cargo, algo desaconselhado pelas melhores práticas internacionais.

Com a independência financeira, a PEC melhoraria ainda mais o índice. Pontuam mais alto os países que concedem direito exclusivo para o BC determinar o

seu orçamento. Outro requisito é não estar sujeito a auditoria financeira de órgãos controlados pelo governo.

Mas a PEC não esgota todos os assuntos - a regulamentação posterior, em tese, poderia melhorar a pontuação em outros quesitos. Um é a proibição de dirigentes exercerem outros cargos na administração pública. Na prática, isso já ocorre, mas o índice considera apenas proteções ao BC previstas em lei.

O Brasil também poderia ganhar pontos se definisse em lei a publicação de balanços do BC auditados, algo que já é feito na prática.

Em 1988, com a Constituição, o Brasil gabaritou todos os quesitos de uma das dimensões do índice, com a proibição de financiamentos do BC ao governo. Isso fez o índice subir de 0,1 para 0,26. Outro avanço ocorreu em 2019, com a aprovação da lei que disciplinou a relação entre BC e Tesouro Nacional, que fez o índice subir de 0,26 para 0,32. Nela, foi criado um mecanismo para disciplinar a transferência de lucros do BC e foi instituída a forma de capitalização quando ocorrem seguidos prejuízos.

A LC n-179 não avançou o suficiente na dimensão "objetivos" do índice porque não deixou absolutamente claro que o combate à inflação tem primazia absoluta em relação a outros objetivos, como a busca de pleno emprego e a estabilidade financeira.

**Site:** <http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico>